

Qualiagro

Restrições na Europa

EM 2007, o Brasil exportou quase 21% da sua produção de carne bovina. Em 2001, essa relação era de 12%. A cada ano o País passa a depender cada vez dos embarques externos. É líder no mercado internacional, com embarques para 182 mercados e uma participação de 32% no total das exportações de carne.

Essa exposição externa crescente provoca desafios novos para a cadeia produtiva, que, antes, praticamente não existiam ou surgiam pouco. São os casos, por exemplo, da questão sanitária e do meio ambiente.

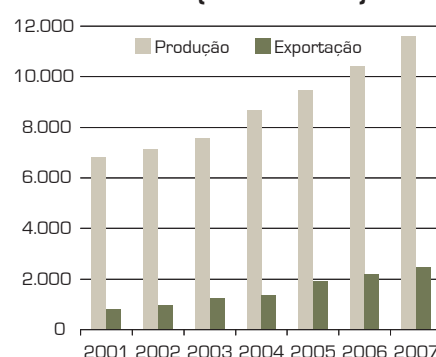
Segundo o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – Abiec –, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, as exportações brasileiras de carne bovina devem alcançar uma receita de US\$ 4,45 bilhões em 2007, alta de 13,43% em relação ao faturamento das exportações em 2006. Em volume, a alta deverá ser de 4,17% em relação ao ano passado, com uma quantidade embarcada próxima a 2,5 milhões de toneladas equivalente carcaça.

Embora o câmbio esteja desfavorável às exportações, o preço da tonelada de carne bovina aumenta nos mercados importadores. Isso estimula empresas como a JBS e a Marfrig, a adquirir unidades de abate no exterior, para ocupar espaços importantes no cenário internacional.

Posição da Europa

Em dezembro último, a Comissão Europeia (CE) anunciou ao governo brasileiro uma medida restritiva às exportações de carne bovina brasileira para o mercado comunitário. A alegação é de falhas no funcionamento do sistema de rastreabilidade de animais, o Sistema Brasileiro de

Brasil: produção e exportação de carne bovina (mil toneladas)



Fonte: MAPA

Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov).

A decisão estabelece que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) deverá apresentar até:

- 31 de janeiro de 2008, em caráter provisório, um número limitado de fazendas cujo rebanho poderia ser encaminhado aos frigoríficos brasileiros habilitados para a exportação.
- Meados de março de 2008, relatórios de inspeção e auditoria relativos às fazendas listadas para, em seguida, enviar nova missão de auditoria ao Brasil.

Em 2006 o Brasil exportou, para mais de 150 países, US\$ 3,1 bilhão em carne *in natura* e US\$ 724 milhões em carne industrializada, no total de US\$ 3,8 bilhões. No caso do mercado europeu, a participação do produto brasileiro também é significativa, com o registro de exportações de US\$ 1 bilhão de carne *in natura* em 2006.

O sistema de controle inclui, além da rastreabilidade, aplicada às exportações para a UE, vacinação, controle da eficiência das

Impacto para o Brasil

A decisão da CE não altera substancialmente as normas vigentes para a exportação de carne fresca brasileira para aquele mercado. Haverá a exigência de maiores controles sobre os animais destinados ao abate para exportação. Essa matéria já foi regulada pelo governo brasileiro por meio da Instrução Normativa nº 17, de 13/07/2006, do MAPA.

A exigência de maiores controles com relação à rastreabilidade e ao trânsito de animais é uma evolução prevista. Gradualmente, essa ação se aplicará a toda a pecuária profissional brasileira.

A sanidade e a qualidade da carne brasileira estão muito longe de atender às pressões restritivas patrocinadas pelos interesses comerciais de alguns produtores da Irlanda e de regiões da Grã Bretanha.

O governo procede a um exame das implicações econômicas e jurídicas da medida e, além de apresentar suas ponderações à UE, estudará a melhor forma de tratar o assunto no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

vacinas, controle de circulação viral, controle de trânsito de animais, habilitação de frigoríficos e inspeções regulares, entre outros. Estabelecimentos modernos garantem o processamento da carne em condições higiênicas e sanitárias que seguem estritamente os padrões internacionais.

A exigência de rastreabilidade foi regulamentada na UE, em 2000, como resposta à crise gerada pelo surto de Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE),

No Brasil, a rastreabilidade é exigida para comprovar que os animais abatidos para exportação para a Europa estão, pelos prazos estipulados, em regiões livres de febre aftosa e habilitadas pela UE. No que se refere à febre aftosa, além de submetidas ao sistema de controle, a carne exportada é desossada e maturada. Nessas condições, não há transmissão da doença, conforme comprovado cientificamente. ■